ERROS E OMISSÕES NAS ATAS DESTE MANDATO

Sr. Presidente da Mesa e Senhoras Secretárias,

Sr.ª Presidente da Junta e restante Executivo,

Membros desta Assembleia,

Vilacondenses,

Tal como em situações anteriores começo a minha intervenção questionando a Mesa e a bancada do PS acerca da leitura das atas que nos foram enviadas para discussão e votação. Leram-nas?

Pois é verdade. É nossa convicção que as mesmas mantêm um padrão, nomeadamente de erros de nomes, funções e autores, omissões de intervenções, contradições entre ata e anexos e referências incompletas

Não estamos perante um erro isolado.

Não estamos sequer perante meia dúzia de lapsos.

Estamos perante 30 ocorrências concretas identificadas nas atas deste mandato, além de uma ocorrência adicional na própria ata de tomada de posse. Isto sem prejuízo de outras virem a ser encontradas.

E, mais importante ainda, estas ocorrências distribuem-se por todas as atas deste mandato e, por isso, ainda nenhuma está integralmente correta. Nenhuma!

Passo a identificá-las de forma objetiva.

ATA DE TOMADA DE POSSE

Ocorrência 1 — Omissão da tomada de posse

A ata omite que o membro Zacarias Casanova tomou posse.

É um facto relevante para a própria composição do órgão e, como tal, deveria constar expressamente do registo oficial.

ATA N.º 1/2026, DE 7 DE JANEIRO

Ocorrência 2 — Convocatória

A ata não faz referência à convocatória enviada por carta registada com aviso de receção.

E esta omissão não é exclusiva desta ata: nenhuma das atas analisadas faz essa referência.

Ocorrência 3 — Erros identificados na documentação

A ata apenas refere o reparo ao erro de escrita "genética", omitindo outros erros que foram igualmente apontados, designadamente a crítica aos bonecos de neve e aos cristais de neve que animam o caderno.

Ocorrência 4 — Autoria de intervenção política

A ata atribui a Rui Saavedra a crítica ao voto do Presidente da Junta na Assembleia Municipal, a favor do fim das transmissões das assembleias.

Segundo os elementos apresentados, essa intervenção foi feita pelo membro Rafael Terroso.

Ocorrência 5 – Confusão entre Balcão do Mar e BMar. Ao longo da ata, umas vezes diz uma coisa, outras vezes outra.

Ocorrência 6 – No período antes da ordem do dia a ordem das intervenções está errada.

Ocorrência 7 — Identificação incorreta de atletas

A ata identifica Matilde Novais e Bruno Ouvidor como karatecas, quando são tenistas.

Ocorrência 8 — Autoria do Voto de Congratulação

A ata refere que o Voto de Congratulação foi apresentado pelo membro Rafael Terroso.

Contudo, o anexo atribui a autoria a Rui Saavedra.

Existe, portanto, uma contradição entre a ata e o respetivo anexo.

Ocorrência 9 — Proposta de Regimento

São omitidos os erros apontados pelo membro Rafael Terroso na proposta de Regimento.

Ocorrência 10 – Página 10, linha 5, pode ler-se "artigo 109.º" do Regimento. 109?

Ocorrência 11 Página 11, linha 5 a contar de baixo, pode ler-se "doze votos a favor (PS), sete votos contra (Aliança por Vila do Conde- PSD/CDS-PP), dois votos do (Partido Chega)". Total 21 votos? Qual o sentido de voto do Chega?

Ocorrência 12 — Página 54

É utilizada a expressão “transmissões em linha”, quando deveria constar “transmissões em direto”.

Ocorrência 13 — Atividades da Junta

Na referência às atividades realizadas pela Junta, é omitida a crítica do membro Rui Saavedra, nomeadamente relativamente ao facto de terem sido consideradas atividades da Junta as tomadas de posse das Assembleias Municipal e de Freguesia.

ATA N.º 2/2026, DE 29 DE ABRIL

Ocorrência 14 — Erros na convocatória

Os erros existentes na convocatória não são elencados e a respetiva conclusão política é omitida.

Ocorrência 15 — Página 3/21, linha 7

A ata refere que foram levantadas “diversas questões”, sem as identificar concretamente.

Se as questões foram levantadas durante os trabalhos, devem ser devidamente identificadas no registo.

Ocorrência 16 — Página 3/21, linha 16

É utilizada a palavra “cotas”, quando deveria constar “quotas”.

Ocorrência 17 — Reunião de líderes

É omitida a referência à reunião de líderes.

Ocorrência 18 – Página 6/21

Erro na numeração dos anexos (VI e VII) repetido na página seguinte (anexo VII).

Ocorrência 19 — Página 9/21

Na quinta linha a contar de baixo, falta a palavra “contas”.

Ocorrência 20 — Página 13/21

É feita referência a uma intervenção sem indicação do respetivo anexo XV.

ATA N.º 3/2026, DE 5 DE JUNHO

Ocorrência 21 – Os anexos da Iolanda e do João Campos estão trocados no texto e nos anexos.

Ocorrência 22 – Falta a comunicação de falta da Ana Carolino nos anexos.

Ocorrência 23 — Requerimento do PS

A ata omite que o requerimento apresentado pelo PS foi apresentado antes da ordem do dia.

Trata-se de uma informação relativa ao momento e enquadramento da apresentação do requerimento e, como tal, deve constar do registo.

Ocorrência 24 – Falta a resposta do PMA à questão colocada pelo Rafael Terroso.

ATA N.º 4/2026, DE 26 DE JUNHO

Ocorrência 25 — Página 9/28

A página contém indevidamente texto em itálico.

Ocorrência 26 — Página 15/28 — Voto de pesar

Foi perguntado se a Mesa leu a ata n.º 1, que disse que sim. Foi perguntado à bancada do PS se alguém não tinha lido essa ata. Como ninguém se manifestou, concluiu-se que todos leram! Porém a ata continha um erro. A ata refere uma "incorreção grave no voto de pesar", mas não identifica qual foi essa incorreção.

Deveria constar expressamente que estava escrito:

"exemplo de dedicação ao movimento tauromáquico"

e que o voto de pesar deveria ser comunicado:

"à direção da praça de touros".

Ocorrência 27 — Página 17/28

Na quarta linha a contar de baixo, é utilizada a palavra "delegados" em vez de "vogais".

Ocorrência 28 — Página 19/28

É omitida a resposta do PMA.

Ocorrência 29 — Página 26/28

É referido "vice-presidente", quando deveria constar "tesoureira".

Ocorrência 30 — Página 27/28, linha 8

Surge a formulação:

“não pretendia proceder à sua movimentação por se encontrarem matérias sob investigação”

sem que seja possível compreender claramente o seu sentido.

A redação deve ser revista de modo a reproduzir fielmente e de forma inteligível aquilo que foi efetivamente dito.

O BALANÇO

Senhor Presidente,

Os números falam por si.

Temos:

1 ocorrência na ata de tomada de posse;

12 ocorrências na ata n.º 1/2026;

7 ocorrências na ata n.º 2/2026;

4 ocorrência na ata n.º 3/2026;

6 ocorrências na ata n.º 4/2026.

Total: 30 ocorrências concretas.

E há ainda um elemento transversal: **nenhuma das atas do atual mandato está integralmente correta.**

Portanto, não estamos perante um problema de uma ata.

Não estamos perante um problema de duas atas.

Estamos perante um problema que atravessa **todo o mandato até ao momento**.

É precisamente por isso que já não considero suficiente ouvir que se trata de “lapsos” ou que haverá “mais atenção” na próxima ata.

Porque a próxima ata chega, é analisada e aparecem novamente erros.

E depois outra.

E depois outra.

E nenhuma fica correta à primeira. Na verdade, nenhuma está correta até hoje.

UMA QUESTÃO DE CONFIANÇA

Perante este histórico, é legítimo colocar uma pergunta:

Será que teremos algum dia uma ata deste mandato que esteja efetivamente correta?

Espero sinceramente que sim.

Mas os factos até agora não permitem grande confiança.

Porque já tivemos quatro atas numeradas e 30 ocorrências identificadas.

E quando um problema se repete ata após ata, deixa de ser razoável tratá-lo apenas como distração.

É necessário questionar o próprio processo de elaboração e revisão.

SE NÃO CONSEGUEM GARANTIR A QUALIDADE, RECORRAM A QUEM SAIBA

Por isso, Senhor Presidente, faço uma proposta concreta.

Se o atual sistema não consegue garantir atas corretas, entregue-se a elaboração ou a revisão das atas a alguém especializado.

Um técnico com preparação adequada.

Um jurista.

Um profissional com experiência na elaboração e revisão de documentação administrativa.

Não há qualquer vergonha em recorrer à competência especializada.

Pelo contrário.

O que não é aceitável é continuar a apresentar documentos oficiais com erros sucessivos e esperar que sejam os membros da Assembleia a detetá-los depois.

Se é preciso alguém especializado para fazer bem este trabalho, então recorra-se a essa pessoa.

RESPONSABILIDADE DE TODOS

E esta responsabilidade não é apenas da Mesa.

É também dos membros desta Assembleia.

Quem recebe uma ata para aprovação tem de a ler.

E aqui deixo uma pergunta muito concreta aos membros do Partido Socialista:

Leram as atas que vos foram presentes?

Se leram, como explicam que tenham passado 30 ocorrências identificadas, incluindo erros de nomes, funções, autores, omissões de intervenções, contradições entre ata e anexos e referências incompletas?

E se não leram, como podem aprovar conscientemente um documento que constitui a memória oficial dos trabalhos desta Assembleia?

A aprovação de uma ata não pode ser um ato automático.

O tempo das assembleias sem preparação já lá vai. Agora percebam que terão sempre trabalho.

CONCLUSÃO

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Não estamos a pedir atas favoráveis a ninguém.

Estamos a pedir atas verdadeiras.

A Mesa tem de garantir rigor.

Os serviços têm de garantir qualidade.

Os membros têm de ler aquilo que aprovam.

E, se o atual sistema não consegue produzir esse resultado, entregue-se o trabalho a quem tenha competência especializada para o fazer.

Porque uma ata não é um rascunho. Não é uma sugestão. Não é um documento que possa ser corrigido indefinidamente depois de aprovado.

É o registo oficial dos trabalhos desta Assembleia.

Por isso, perante 30 ocorrências identificadas em cinco atas, a pergunta permanece:

Quando teremos finalmente uma ata deste mandato que esteja correta? Quando ficará correta a ata de 7 de janeiro que já veio a esta Assembleia por três vezes e ainda está imperfeita?

Espero que seja a próxima.

Mas, perante o histórico, já não basta esperar.

É preciso mudar.

E é responsabilidade da Mesa demonstrar que essa mudança vai acontecer.

Porque os cidadãos desta Assembleia merecem documentos em que possam confiar.

A memória desta instituição não pode continuar a ser escrita a lápis, para ser corrigida depois.

Tem de ser escrita com rigor.

Tem de ser escrita com verdade.

Muito obrigado

Os eleitos da Aliança por Vila do Conde PSD - CDS/PP
da Assembleia de Freguesia de Vila do Conde

Vila do Conde, 30 de setembro de 2026